

Global players, mineração e crise: o crime da produção de valor

Ana Elisa Cruz Corrêa*

Resumo:

Propomos uma reflexão sobre elementos estruturais e conjunturais subjacentes ao processo de exploração de minério de ferro no Brasil, necessariamente articulado à dinâmica do mercado mundial. Tratamos do caráter intrinsecamente destrutivo da produção de valor no sistema capitalista desde seu surgimento, refletindo sobre sua expressão em contexto de crise estrutural sistêmica como *modus operandi* da produção do setor, que se expressou nos recentes rompimentos das barragens de rejeitos das corporações Vale, BHP Billinton e sua *joint venture* Samarco, em Mariana/MG e Brumadinho/MG. Examinamos o papel dos governos petistas de 2003 a 2014 como a efetivação de uma "eficiente" gestão da barbárie. Por fim, abordamos as consequências para os movimentos sociais, especialmente depois da vitória da extrema-direita nas eleições presidenciais.

Palavras-chave: mineração; crise; produção destrutiva; gestão da barbárie.

Global Players, Mining and Crisis: The Crime of Value Production

Abstract:

We propose a reflection on the structural and conjunctural elements underlying the process of iron ore exploitation in Brazil, necessarily tied to world market dynamics. We deal with the intrinsically destructive character of value production in the capitalist system since its rise, reflecting on its expression in the context of the systemic structural crisis as the *modus operandi* of the sector's production, which was expressed in the recent breakage of residue dams owned by Vale, BHP Billinton and their joint venture Samarco in Mariana and Brumadinho, Minas Gerais. Associated with this process, we examine the role of the PT governments from 2003 to 2014 as the implementation of an "efficient" management of barbarism, which made possible the creation of global players through the insertion of Brazil as an "emerging" economy of energy production for the global market. Finally, we examine the consequences for social movements as forms of resistance, emphasizing the difficulties posed by the election of the extreme right to direct the federal government.

Keywords: mining; crisis; destructive production; management of barbarism.

* Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora de Sociologia do Setor de Ciências Sociais do Colégio Técnico da Universidade Federal de Minas Gerais (COLTEC / UFMG), Belo Horizonte-MG, Brasil. End. eletrônico: aecorrea@gmail.com

A faceta destrutiva da produção de valor

Desde suas origens o capitalismo traz consigo a barbárie como momento indissociável do sistema produtor de mercadorias. Na obra de Karl Marx podemos encontrar reflexões fundamentais sobre a dimensão da barbárie e da violência como estruturantes deste sistema produtor de mercadorias. Em especial no capítulo XXIV de “O Capital” e nos “Grundrisse”, Marx (1983; 2011) apresenta o caráter destrutivo do sistema intrinsecamente conectado ao seu necessário desenvolvimento. O expandir e acumular constantes que mantém a existência do modo de produção capitalista ao longo dos séculos em nenhum momento teria se dado sem a produção de um enorme rastro de catástrofe (Marx, 1983; 2011).

A destruição aberta de seres humanos e seu meio ambiente vital estava presente nos cercamentos, na privatização das terras comunais, no adestramento do trabalhador à maquinaria da grande indústria¹, na constituição das colônias via expansão marítima. A violência é uma regra na constituição do capitalismo moderno e, o que é essencial, nunca deixou de ser sua característica fundamental.

O uso irresponsável da terra e a destruição ambiental são igualmente consequências da ética da produtividade em nome do lucro. O capitalismo nasceu bem no cerne da vida humana, na interação com a natureza da qual depende a própria vida, e a transformação dessa interação pelo capitalismo agrário revelou os impulsos intrinsecamente destrutivos de um sistema em que os próprios fundamentos elementares da vida ficam sujeitos aos requisitos do lucro. Em outras palavras, a origem do capitalismo revelou o segredo essencial do capitalismo (Wood, 2001, p. 126).

A prática barbarizante também esteve presente em momentos históricos e formas sociais anteriores ao sistema produtor de valor. Entretanto, o papel que a faceta destrutiva passou a cumprir o diferencia substancialmente das experiências anteriores, como nos alerta Menegat (2006, p. 31): “Essa face bárbara do capitalismo não é mais do que um elemento necessário para sua continuidade e, diferentemente dos períodos anteriores, é a primeira vez que a destruição das forças produtivas faz parte do próprio modo de produção – o que demonstra por si só a irracionalidade dessa estrutura social.” É, portanto, um sistema em que seu “segredo essencial” está na irracionalidade destrutiva da produção de valor.

¹ Sobre a forma da violência do Estado para obrigar os trabalhadores provenientes do campo a se empregar na grande indústria ver texto sobre o surgimento das cadeias como casas de trabalho ver: Melocci; Pavanini (2006).

Essa inevitabilidade destrutiva desemboca em um processo de naturalização social da barbárie, na medida em que o desenvolvimento e o progresso são encarados como absolutamente necessários para o avanço da humanidade. Inclusive para as esquerdas, ao longo da história do século XX, estes seriam entendidos como condição necessária para se alcançar um dia a superação do capitalismo. Nesse sentido, as consequências negativas do progresso seriam um mal necessário a ser superado em longo prazo.

A esquerda mundial contraditoriamente assumiu a tarefa do progresso, posicionando-se através de suas organizações e programas como bastiões do desenvolvimento. Na periferia do capital isto se expressou nos diversos projetos desenvolvimentistas que tinham a pretensão de consolidar o processo de construção da Nação. De movimentos políticos a teóricos, perpassando o Partido Comunista Brasileiro, a Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a teoria da dependência, as reformas de base, a luta pela reforma agrária, todos trataram a necessidade do desenvolvimento como condição necessária para redução da desigualdade abissal entre as classes sociais no capitalismo periférico. Para ampliar a justiça social era explícita a necessidade de constituição de um capitalismo pujante para, assim, “superar” o subdesenvolvimento que nos subordinava aos interesses internacionais.

Esta seguiu sendo uma marca da esquerda no período pós redemocratização, em que se buscava retomar o “fio da meada”, isto é, recuperar os projetos pré-golpe de constituição do “Sentido da Nação”. Apesar de todas as especificidades deste tortuoso processo consideramos que o seu auge se expressou na década de 2000, com a chegada de Lula ao governo federal e as gestões petistas que se seguiram.

Estes governos se propuseram eficientes gestores da ordem em busca do ainda não alcançado desenvolvimento com justiça social, o que foi apresentado por alguns intelectuais orgânicos ao Partido dos Trabalhadores nesse período como “projeto neodesenvolvimentista” (Bresser- Pereira, 2016; Boito Jr., 2012) E assim consolidou-se a política da lógica do “todos ganham”. Isto é, seria necessário promover o desenvolvimento como forma de mitigar o abismo social que ainda assolaria a “Nação brasileira”. Seria necessário beneficiar o capital, pra beneficiar o trabalho. O financiamento das empresas seria condição para garantir política de cotas, o FIES, o Bolsa Família ou o Minha Casa Minha Vida. O financiamento das *commodities* seria necessário para o financiamento da produção da pequena agricultura familiar. E assim por diante.

Nesse sentido, um enorme esforço governamental direcionou-se para a constituição dos *global players*, isto é, empresas de capital majoritariamente nacional que se alçariam no mercado internacional com alta capacidade competitiva.

A “esquerda” gestora colocou para si esta tarefa como momento necessário para efetivação de uma política social de mitigação da miséria. A partir do tripé agropecuária – energia (em especial petróleo e mineração) – construção civil os governos do PT alavancaram a economia do país, ainda que momentaneamente, em uma conjuntura de bonança internacional mediante a monumental onda chinesa de crescimento econômico (Sader, 2013; Corrêa, 2018).

Assim, chegamos ao cerne deste artigo: tratar do *modus operandi* da produção de valor das grandes mineradoras do mercado global de exploração de minério de ferro na dinâmica de produção e circulação mundial. A empresa Vale é justamente a expressão desse momentâneo sucesso na constituição dos “players”, alcançando hoje o status de maior exportadora de minério de ferro do mundo.

Podemos identificar aqui um dos dilemas centrais da problemática que buscamos tratar: toda política social realizada a partir da gestão do Estado, seja esta uma reforma estrutural seja política compensatória de caráter assistencial emergencial, depende fundamentalmente das condições econômicas para que se realize, portanto, de um capitalismo pujante capaz de se inserir de forma competitiva no mercado internacional. E foi esta a momentânea proeza realizada pelos governos petistas. Vejamos os seus custos e, como cedo ou tarde, os trabalhadores pagam essa conta.

Gestão da barbárie e a indústria da mineração: destruição sem progresso

Ao longo dos anos 2000 a China tornou-se o principal país comprador do minério de ferro produzido no Brasil, majoritariamente pela empresa Vale, maior produtora mundial da *commodity*. Passou a ser o terceiro produto mais exportado pelo país, atrás apenas da soja e do petróleo. Esta transnacional se tornou ao longo da última década o maior monopólio internacional de exportação de minério de ferro do mundo, seguida por duas empresas australianas. Mesmo com a crise de 2015, a onda de bonança continuou para este setor que alcançou faturamentos bilionários.

Aí está a formação de um “player global”, um forte jogador no mercado mundial e, portanto, um produtor estrutural da barbárie ampliada. Menegat (2012) afirma que após os anos 1970, com a terceira revolução tecnocientífica, o que observamos não são estados momentâneos de destruição, intercalados com possíveis ondas de desenvolvimento, mas uma forma permanente da produção em seu caráter destrutivo. Portanto, desde então, a tônica da barbárie se sobrepõe absolutamente às possibilidades agora irrealizáveis de desenvolvimento econômico e social. Sempre houve barbárie, entretanto, agora há algo diferente em sua manifestação à medida que o caráter destrutivo se sobrepõe de forma absoluta

ao produtivo. O autor afirma que vivemos uma condição mundial de “excesso de civilização”, em que os limites desse modo de vida fundado na produção e no consumo irrefreados teriam alcançado o teto, de modo que toda a sociabilidade estaria necessariamente permeada pela violência. Não apenas como um efeito colateral indesejado, mas como modo de funcionamento de todas as estruturas sociais.

A barbárie não seria apenas encontrada em um evento negativo, que se observaria no cotidiano como mais uma vítima da violência em uma manchete de jornal, mas um estado permanente de destruição marcada pela crise do desenvolvimento e das expectativas de futuro. A barbárie é o *modus operandi* por excelência do sistema em sua crise permanente de produção de valor.

Vejam os como isso transparece no rompimento da barragem na cidade de Mariana: iniciamos com questionamentos colocados por muitos analistas que buscaram refletir criticamente sobre o tema: como poderíamos definir o rompimento da barragem? Desastre, crime ou acidente de trabalho? Quem seria o culpado e qual erro teria sido cometido? Má gestão dos CEOs da Vale, negligência das instituições de fiscalização ou corrupção dos agentes do Estado?

É difícil encontrar as palavras certas e os sujeitos que personificam as ações que levaram a esta gigantesca tragédia, pois esta é expressão do maior crime sistêmico que vivenciamos em todo o globo: o crime da busca pela produção irrefreada de valor em tempos de crise. Mesmo se nos limitarmos a esse nicho da produção mundial de mercadorias podemos encontrar sua dimensão destrutiva para além da especificidade de barragens no interior de Minas Gerais. Há uma “rede global de extração de minérios” envolvendo governos, bancos (públicos e privados), firmas mineradoras de diferentes escalas e suas subsidiárias, siderúrgicas e outras consumidoras de minério, escritórios de advocacia, agências de classificação de risco, jornalistas, consultores, investidores, acionistas e CEOs, cujos pilares são os grandes investidores dispersos ao redor do globo.

Além da dificuldade de identificação dos sujeitos e suas responsabilidades, nota-se que um rompimento de uma barragem com destruição natural e humana incalculável não é um evento inesperado ou uma consequência indesejada. Na verdade, é parte constitutiva do processo de produção de minérios em sua forma atual. Para termos uma melhor ideia dessa dimensão trazemos alguns dados. O valor da Vale no mercado de capitais no Brasil logo após o desastre de Mariana era de 77 bilhões de reais. Após a eficiente gestão do ocorrido, mediante a atuação intensiva da Fundação Renova, a Vale passou a valer 297 bilhões.

O projeto de recuperação do Rio Doce articulado com a ação de agentes sociais e pesquisadores reunidos através dos tentáculos desta fundação permitiu que a contestação social fosse circunscrita àquela realidade e passasse a ser tratada

no âmbito desta instituição. Com a eficiente gestão da Renova, a Vale foi capaz de planejar seus custos no longo prazo, o que colocou fim à instabilidade e permitiu um controle dos antes incalculáveis gastos. Medidas foram tomadas com esse objetivo, como o recolhimento de assinaturas dos moradores comprometendo-se a não processar a empresa no futuro por exemplo. Assim, viabilizou-se uma gestão estratégica bem sucedida de des-responsabilização da rede de extração mineral. E o fato da Samarco ser uma joint venture de capital fechado permitiu que a Vale e a BHP Billinton (segunda maior empresa do setor no mercado mundial) tivessem suas imagens protegidas ao longo do processo.

Em dezembro de 2018, a Vale se embrenhou em novos negócios, adquirindo por 100 milhões de reais a empresa “New Steel” que domina a tecnologia da mineração a seco que reaproveitaria os rejeitos direcionando-os à indústria da construção civil. As barragens se tornariam, portanto, desnecessárias. E a Vale, a mesma que permitiu o rompimento de sua barragem, seria a nova detentora dessa inovadora tecnologia em prol do desenvolvimento sustentável. Abre-se um novo flanco de negócios. Após a tragédia, está mais que explícito o desejo de se produzir mundialmente sem ter que lidar com os rejeitos armazenados em barragens.

Por fim, levanta-se a possibilidade de uma queima de capital preventiva mediante o tendencial momento de desaquecimento das exportações com a redução da demanda da China de matéria prima em relação aos países periféricos, como vem se dando nos últimos anos. Nesse sentido, eliminar por soterramento de lama um dos postos produtivos ou se ver “obrigada” ao descomissionamento de dez barragens talvez sejam queimas de capital mais desejáveis do que se espera de uma companhia com o porte transnacional da Vale.

A partir de todos estes elementos, mais ou menos hipotéticos, buscamos indicar que esses gerenciáveis “desastres” se coadunam em uma automistificação coletiva que tem criado expectativas de uma possível maior eficiência dos negócios, de melhores práticas nas relações trabalhistas e de desenvolvimento sustentável, como se fossem objetivos a serem supostamente perseguidos pela rede global de extração mineral. E essa cortina de fumaça, construída em grande medida com ações como do Instituto Renova e seus parceiros, oculta a produção destrutiva como fundamento de toda forma produtiva em larga escala nos tempos atuais.

Movimentos sociais como o Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM) e tantos outros parceiros e apoiadores já há vários anos buscam resistir em defesa das populações diretamente atingidas por essa onda de destruição humana e ambiental. Em notícia investigativa publicada há mais de dez anos, em 2008, veio à tona a existência de complexos órgãos de espionagem da Vale, que mapeavam militantes dessas organizações sociais através de grampo ilegais e infiltração de agentes nos movimentos de resistência (Amaral, 2013).

Além deste enorme aparato dos gigantes transnacionais para perseguição e criminalização daqueles que resistem à degradação permanente de seus cotidianos pela ação da empresa, outra grande dificuldade instaurou-se no contexto das lutas sociais na última década e meia. As esquerdas de modo geral desarmaram-se da crítica ao alimentarem a expectativa de que os governos petistas não seriam inimigos como os governos anteriores, mas sim governos aliados ou ao menos em disputa. Muitos movimentos importantes como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com um passado exímio de combatividade, adentraram ao governo em grande medida institucionalizando-se. Assim, observamos nos últimos anos o desmonte das estruturas de resistência construídas desde as lutas pela redemocratização nos anos 1980. É inegável a importância da existência de alguma resistência persistente, porém esta se encontra em uma conjuntura em que as lutas sociais demonstram-se cada vez mais incapazes de travar embates por compor diversas instituições administradoras da barbárie. Estas mesmas que, a nosso ver, ao longo da história buscaram combater.

A esquerda gestora e os heróis da nação

A “nova onda progressista” na América Latina foi marcada no Brasil pelos dois mandatos do Governo Lula que se apresentaram como resposta às políticas neoliberais, isto é, governos que se propuseram estabelecer uma política diferenciada dos anteriores. A diferença residiria em beneficiar o capital industrial em detrimento do financeiro, ampliando projetos sociais e buscando a melhoria das condições de vida do “povo brasileiro”. Seria, portanto, o desenvolvimento com justiça social viabilizado a partir da articulação deste projeto com os movimentos sociais, populares e sindicais, que se mantiveram com alto nível de combatividade até a chegada dessa esquerda histórica ao poder institucional.

Nesse sentido, Boito Jr. (2012) nos fornece elementos sobre o que considera a única via possível para a política da esquerda durante os governos petistas: a íntima relação entre o neodesenvolvimentismo e os movimentos populares. Afirmo que o governo petista teria articulado uma *Frente Neodesenvolvimentista* reunindo setores da burguesia interna vinculados ao capital industrial produtivo, representados principalmente pela FIESP, setores sindicais como a CUT e a Força Sindical, e movimentos sociais populares, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST. Ainda que o autor considere as divergências internas na composição dessa frente, bem como as contradições que colocariam os movimentos em uma condição de desvantagem perante os setores burgueses, para Boito Jr. esses três polos, em momentos críticos, se uniriam ao longo dos anos 2000 formando uma blindagem em torno do governo petista com o objetivo de garantir sua continuidade e viabilidade, opondo-se a um setor conservador, defensor das políticas em prol do capital financeiro internacional.

Foi assim em 2002 na eleição presidencial de Lula da Silva; em 2005, na crise política que ficou conhecida como “Crise do Mensalão” e chegou a ameaçar a continuidade do governo Lula; em 2006, na reeleição de Lula da Silva para a presidência da República, e novamente em 2010 na campanha eleitoral vitoriosa de Dilma Rousseff. Em todos os momentos críticos citados, a sobrevivência dos governos neodesenvolvimentistas esteve ameaçada e, em todos eles, importantes associações patronais, centrais sindicais, movimentos camponeses, movimentos populares por moradia bem como o eleitorado pobre e desorganizado apoiaram, com manifestações dos mais variados tipos ou simplesmente com o seu voto, os governos e as candidaturas Lula da Silva e Dilma Rousseff. Ao agirem assim, tais forças sociais, mesmo que movidas por interesses distintos, evidenciaram fazer parte de um mesmo campo político (Boito Jr, 2012, n.p.).

A formulação de Boito Jr. nos fornece alguns elementos no que tange o quadro de composição entre setores populares e setores burgueses via mediação do governo petista. O que o autor parece apresentar como uma aliança inevitável, e até mesmo desejável para conter o avanço conservador, identificamos como uma disposição de movimentos outrora combativos a se transmutarem em gestores do capital nos governos petistas possibilitando justamente a imersão do conservadorismo nos estratos populares.

Com o conceito de “lulismo”, André Singer (2012) afirma que uma característica central dos governos Lula teria sido promover a redução da miséria e, até mesmo, a redução estrutural das desigualdades sociais, sem entrar em conflito com o capital e mantendo uma base social popular com tendências político ideológicas conservadoras, a denominada classe C. Segundo os analistas próximos ao governo, teria se conformado uma “nova” classe média ou, como preferimos, teria sido a expressão de uma melhora relativa e instável, já que mediante altos níveis de endividamento, nas condições de vida das classes populares.

Singer afirma ainda que os governos Dilma não teriam sido capazes de manter uma relação consideravelmente harmônica com os setores populares e burgueses em suas diferentes frações. Isso teria se dado devido a mudanças no quadro internacional do capital, principalmente com o desaquecimento do mercado de *commodities*, mas também devido às opções do governo, que pretendia manter uma política industrialista com a redução dos juros, desonerações fiscais e programas de desenvolvimento da infraestrutura produtiva. Isso teria feito com que setores da burguesia mais ligados ao capital financeiro passassem a se opor ao governo. Nesse sentido, a capacidade de conter as tensões sociais característica do lulismo teria se esgotado nos governos Dilma.

Estas leituras, a do lulismo de Singer ou a do neodesenvolvimentismo de Boito Jr., estão fundadas na crença de que caminhamos em uma estrada rumo

ao desenvolvimento e que a realização do país como Nação nessa empreitada dependeria em grande medida da capacidade de gestão dos governantes. Aqui está contida a ideia de que os BRICS seriam as novas potências emergentes das periferias do sistema e a força interna estaria na constituição de grandes empresas produtivas de capital nacional. Aqui congregou-se a promessa de que nos realizaríamos como o “País do Futuro”. Em contradição com estas otimistas expectativas, o sistema do capital parece ter rifado o seu próprio futuro, enredando-se em bolhas especulativas e projeções ficcionalizadas de valor que nunca conseguirão se concretizar no espaço produtivo. Assim, estabelecem-se ondas cada vez mais curtas e localizadas de crescimento que, em parte, não passam de promessas de realização de valor, estimuladas hoje por Estados falidos e endividados.

Grandes montantes de capital são direcionados à preparação de aparatos produtivos, mobilizando governos, empresas e trabalhadores locais, para rapidamente se retirarem para outro setor ou outra localidade que ofereça melhores condições de lucratividade. Esse é o caso das promessas não realizadas do combo Copa/Olimpíadas que anunciavam investimentos astronômicos no já falido “Porto Maravilha” no Rio de Janeiro. Um projeto em fase de construção para revitalização do porto da cidade com o intuito de criar um espaço empresarial e turístico, e que se converteu em uma gigantesca ruína. É esse também o caso do COMPERJ (Complexo Petroquímico do Rio e Janeiro), um projeto de exploração de petróleo do pré-sal que nunca saiu da fase de construção da infraestrutura e se apresentou completamente falido. (Lima, 2016)

Existem setores produzindo, e lucrando, no Brasil e no mundo, porém o sustentáculo deste sistema dinâmico está em uma enorme projeção de si mesmo, um nível de fetichização sistêmica talvez impensável para Marx no século XIX, mas que só reforça a genialidade de suas obras finais. Como parte disso, um enorme rastro de destruição espalha-se sobre a natureza e enormes contingentes populacionais se convertem em desempregados, favelados, encarcerados, imigrantes, refugiados. A crise que hoje se abate sobre o país, em especial nos seus aspectos econômicos, é parte indissociável dessa dinâmica e tem nos mostrado a inviabilidade do que conhecemos agora como a “promessa neodesenvolvimentista”. Mal saiu do papel para as políticas governamentais, mal ganhou nomes, formas e sujeitos, e já se deparou abatida pelo grande contingente de desempregados, pelas falências, pelo endividamento de estados e municípios, e tudo o que a crise econômica tem intensificado em um país que nunca superou seus gigantesco índices de desigualdade social, apesar de ter adentrado para o hall das grandes economias mundiais.

Portanto, o projeto petista encontrou seus limites absolutos perante a crise econômica ampliada, a crise política que a seguiu levando ao impeachment de

Dilma em 2016, e nenhum dos heróis da nação antes aclamados por Lula pôde salvá-lo, sejam estes os fazendeiros do *agrobusiness*, os CEOs da Petrobrás e da Vale ou as grandes construtoras. Um a um, os *global players* foram abatidos e incorporados pelo mercado internacional, seja por ataques econômicos e/ou pelas denúncias da Lava Jato de envolvimento em casos de corrupção estatal. Estaria enterrado o sonho do “Brasil Potência”?

Os processos barbáricos de desagregação social convivendo lado a lado com polos avançadíssimos do capital passaram a compor a tônica dessa época. Assim, o Brasil se realiza de fato como o “país do futuro”, pois somos uma espécie de vanguarda na *gestão* de uma crise generalizada e irreversível das formas de sociabilidade que nos restam. Essa seria, segundo Paulo Arantes (2004), a tendência à “brasilianização do mundo”. O Partido dos Trabalhadores, com seu projeto de conciliação e contenção das lutas sociais, se manteve por mais de uma década como bom gestor dessa barbárie em curso. E aqui cumpriu papel fundamental os movimentos sociais históricos, que passaram de exímios organizadores das massas a exímios controladores dessas mesmas massas. Controle este que se mostrou limitado pela explosão da insatisfação social nas ruas em junho de 2013, mas também na enorme onda de conservadorismo e antipetismo que acometeu parte considerável da população, incluso de setores populares, antes base social fiel do campo democrático e popular em que se conjugava PT, CUT, MST e tantas outras organizações e movimentos.

A nova onda conservadora se abate tanto sobre as históricas quanto sobre as jovens organizações que lutaram e lutam pelos direitos sociais e políticos, sustentando um governo de extrema direita agora com pouquíssima capacidade de mediação social. A capacidade aparentemente esgotada e agora um tanto quanto desnecessária de contenção das lutas sociais e de suas principais organizações e projeção de determinados setores econômicos como “heróis da nação”, se converteu em destruição e violência ampliadas em um contexto de intensificação da crise mundial com o relativo desaquecimento do mercado chinês.

Este processo foi apontado por Marildo Menegat (2015) como o “fim da gestão da barbárie”, isto é, uma crise desses mecanismos de contenção social promovidos pelos governos de conciliação de classes. Essa se expressaria desde as manifestações de junho de 2013, passando pelo impeachment de Dilma Rouseff em 2016 e desembocando na atual crise do partido dos trabalhadores.

Paulo Arantes menciona, na apresentação de *O Ornitorrinco*, de Chico de Oliveira (2003), que o sistema do capital é eficiente em alimentar contraditoriamente, no seio das esquerdas, alguma saudade do subdesenvolvimento e de suas lutas, justificadas em retrospecto. Seria a saga da resistência em um “tempo de expectativas rebaixadas”. Troca-se a expectativa de futuro pela expectativa de recriar o

passado. Mediante limites tão fundamentais os movimentos sociais, indivíduos e instituições que se apresentam como resistência a formas de exploração natural e produção como a empreendida pela Vale encontram-se teórica e materialmente desarmados. A desconstrução histórica dessas importantes organizações, sua institucionalização e burocratização, seu distanciamento das bases e a perda da autonomia perante o Estado, governos e partidos nos coloca prostrados, a mercê das aves de rapina do mercado financeiro internacional. E é essa política que o governo atual, seja ou não de forma compulsória, está disposto a realizar.

Referências

- ARANTES, P. Fratura brasileira do mundo. In: *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad, 2004.
- _____. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- _____. A fórmula mágica da paz social se esgotou. *Correio da Cidadania*, 15/07/2015. Disponível em <<http://www.correiodacidade.com.br/politica/10949-16-07-2015-a-formula-magica-da-paz-social-se-esgotou>>. Acesso em 11 Mar. 2018.
- BOITO JR, Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo, *Fórum Econômico da FGV/São Paulo*, 2012. Disponível em <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/16866>>. Acesso em 11 Mar. 2018.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Teoria novo desenvolvimentista: uma síntese. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 19, p.145-165, 2016.
- CORRÊA, A. E. C. *Crise da modernização e gestão da barbárie: a trajetória do MST e os limites da questão agrária*. Tese (Doutorado em Serviço Social). UFRJ: Rio de Janeiro, 2018.
- KURZ, R. A origem destrutiva do capitalismo. In: *Últimos combates*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. Com todo vapor ao colapso. Novembro de 1995. Disponível em <http://www.obeco-online.org/livro_comtodovapor_colapso.html> Acesso em 11 Mar. 2018.
- LIMA, R. C. V. *Desenvolvimento e contradições sociais no Brasil contemporâneo: um estudo do complexo petroquímico do Rio de Janeiro – Comperj*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista: Araraquara-SP, 2015.
- MARX, K. *Grundrisse*, São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 3. Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MELOCCHI, D.; PAVANINI, M. *Cárcere e fábrica: as origens do sistema penitenciário (sécs. XVI - XIX)*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- MENEGAT, M. *O olho da barbárie*. SP: Expressão Popular, 2006.
- _____. *Estudos sobre ruínas*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.
- _____. O fim da gestão da barbárie, *Revista Territórios Transversais*, n. 3, São Paulo, 2015.
- OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista / O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- SADER, E. (Org). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- SINGER, A. *Os sentidos do Lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- WOOD, E. M. *A origem do capitalismo*, Rio de Janeiro: Zahar, 2001.